



EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO
([ART. 79, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021](#))

1) PRÊAMBULO	3
2) OBJETO	3
3) ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	9
4) VEDAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO	9
5) CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD (LEI Nº 13.709/2018)	10
6) REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO	11
7) DOCUMENTAÇÃO PARA SER CREDENCIADO	12
8) AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	14
9) CREDENCIAMENTO.....	14
10) RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO.....	15
11) CONTRATAÇÃO VIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	16
12) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	17
13) DISPOSIÇÕES FINAIS.....	21
ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	22
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.....	29
ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA.....	35
ANEXO IV – DECLARAÇÃO LGPD	47
ANEXO V – PROPOSTA.....	49
ANEXO VI – CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	51



DECRETO Nº 19/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

“REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL”

Nota: Em atendimento ao Decreto 019/2021

Art. 1º - Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual – MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto.

Art. 13, Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte: § 2º Na modalidade de "PREGÃO", o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 19 Considera REGIONALIDADE: Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Local ou municipal: o limite geográfico do município;

De acordo com o art. 20, alínea "a", será concedida prioridade a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido;



1) PRÉAMBULO

1.1 O Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.854.670/0001-30, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo de contratação:

I - **Objeto:** Chamamento de interessados para credenciamento, com base no [art. 79, inciso II da Lei nº 14.133/2021](#)

II - **Regime legal:**

- a) [Lei nº 14.133/2021](#);
- b) Legislação Municipal – Decreto nº 491/2023

III - **Forma:**

- a) Presencial (analogia ao [art. 17, § 2º](#) c/c [art. 176, II da Lei nº 14.133/2021](#))

IV - **Endereço e horário para apresentação da documentação:**

- a) Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Xaxim/SC, localizada na Rua Rui Barbosa, nº 347, 2º Andar, na cidade de Xaxim/SC.
- b) A entrega dos documentos para credenciamento deve ser feita no endereço acima, a partir do dia 22 de julho de 2024.

V - **Condução do procedimento auxiliar:**

- a) Comissão de Contratação, designada pelo Decreto nº 0494/2023 (conforme [art. 6º, L da Lei nº 14.133/2021](#))

VI - **Vigência deste edital:**

- a) Até 30 de julho de 2025.

2) OBJETO

2.1 CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO de **Hospitais especializados e/ou geral para realização de procedimentos cirúrgicos de média complexidade ginecológicos, incluindo consultas na mesma área, para atender a demanda dos Municípios de Xaxim/SC.**

2.2 Valor máximo a ser pago/rateado entre todos os credenciados anualmente ([art. 79, parágrafo único, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021](#) por tabela:

TABELAS I procedimentos ginecológicos: R\$ 1.752,828,30 (um milhão e setecentos e cinquenta e dois mil oitocentos e vinte e oito reais com trinta centavos)

VALOR TOTAL ANUAL R\$ 1.752,828,30 (um milhão e setecentos e cinquenta e dois mil oitocentos e vinte e oito reais com trinta centavos)

2.3 **Local da prestação do serviço:** Na sede do contratado.

2.4 Especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade pretendidos com a contratação, se dará conforme definido pelo Termo de Referência.

2.5 O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no [art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

2.6 Todos os credenciados serão contratados, desde que vigente este edital.



2.7 Conforme os credenciados forem contratados, a Administração Municipal atualizará a lista de prestadores do serviço, a fim de que o beneficiário tenha conhecimento de todos os prestadores e realize a escolha.

2.8 Sendo escolhido o prestador pelo beneficiário, este comunicará à Administração a fim de que esta autorize formalmente o prestador a executar o serviço.

2.9 A remuneração a que fará jus a contratada, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores unitários fixados, logo, as quantidades a serem executadas dependerão da demanda das unidades de saúde do Município de Xaxim.

2.9.1 Fica aqui estabelecido como taxa única de coleta para as tabelas I e II o valor de R\$ 5,00 (cinco reais), sendo cobrado apenas uma taxa de coleta por paciente independentemente do número de exames realizados no ato. Obviamente, quando houver novo pedido de exames haverá novo pagamento da taxa de coleta.

2.10 O pagamento da demanda de cada contratado ocorrerá após a execução do serviço, mediante fiscalização e autorização da autoridade competente.

2.11 O objeto está fundamentado ([art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I** - Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I);
- II** - Termo de Referência – TR (ANEXO II);
- III** - Registra-se que o descritivo dos itens que deverão ser fielmente considerados são os constantes neste termo.

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ADENOMIOSE, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	10	R\$ 3.937,49	R\$ 39.374,90
PROCEDIMENTO DE BIÓPSIA DE COLO UTERINO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	10	R\$ 2.716,00	R\$27.160,00
PROCEDIMENTO DE CAUTERIZAÇÃO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA;	10	R\$ 2.592,00	R\$ 25.920,00



DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.			
PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE CISTO EM OVÁRIO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	30	R\$ 3.076,99	R\$92.309,70
PROCEDIMENTO DE CISTO SEPTADO EM ESCAVAÇÃO PÉLVICA, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	10	R\$ 3.989,66	R\$ 39.896,60
PROCEDIMENTO DE CISTOTELE, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	20	R\$ 4.503,99	R\$ 90.079,80
PROCEDIMENTO DE EXERESE DE GLÂNDULA DE BARTHOLIN/SKENE, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A	10	R\$ 3.161,16	R\$ 31.611,60



REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.			
PROCEDIMENTO DE CONIZAÇÃO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	30	R\$ 3.233,66	R\$ 97.009,80
CURETAGEM SEMIÓTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DE COLO UTERINO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	50	R\$ 2.695,50	R\$ 134.775,00
PROCEDIMENTO DE HIPERPLASIA ADENOMATOSA ENDOMÉTRIO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	10	R\$ 4.839,66	R\$ 48.396,60
PROCEDIMENTO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA COM SLING 30 X 1,20CM, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A	30	R\$ 4.766,66	R\$ 142.999,80



REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.			
PROCEDIMENTO DE LAQUEADURA, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	40	R\$ 3.460,66	R\$ 138.426,40
PROCEDIMENTO DE MIOMATOSE UTERINA, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	30	R\$ 4.158,33	R\$ 124.749,90
PROCEDIMENTO DE NÓDULO/PÓLIPO EM CANAL VAGINAL, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	20	R\$ 3.174,00	R\$ 63.480,00
PROCEDIMENTO DE HISTERECTOMIA TOTAL, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO	50	R\$ 3.912,33	R\$ 195.616,50



PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.			
PROCEDIMENTO DE OOFORRECTOMIA, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	20	R\$ 3.242,50	R\$ 64.850,00
PROCEDIMENTO DE PROLAPSO GENITAL, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	10	R\$ 6.456,66	R\$ 64.566,60
PROCEDIMENTO DE ENDOMETRIOSE, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	20	R\$ 4.857,16	R\$ 97.143,20
PROCEDIMENTO DE AUMENTO DE PEQUENOS LÁBIOS, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE	10	R\$ 3.463,49	R\$ 34.634,90



LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.			
CONSULTA PRÉ OPERATÓRIA PROCEDIMENTO MÉDICO E GINECOLÓGICO	500	R\$ 171,15	R\$ 85.575,00
CONSULTA PRÉ ANESTÉSICA PROCEDIMENTO MÉDICO E GINECOLÓGICO	400	R\$ 114,48	R\$ 45.792,00
CONSULTA PÓS OPERATÓRIA PROCEDIMENTO MÉDICO E GINECOLÓGICO	400	R\$ 171,15	R\$ 68.460,00

3) ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame ([art. 164 da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar do recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento ([art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.3 Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas ([art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.4 Esclarecimentos, impugnações, recursos e demais solicitações relativas a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, podem ser solicitados diretamente no Setor de Licitações do Município de Xaxim ou ainda pelo e-mail: licitacao@xaxim.sc.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h;

4) VEDAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 São vedações para credenciamento e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#):

I - Agente público de órgão ou entidade INTERESSADO ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria ([art. 9º, § 1º](#));

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, I c/c § 3º](#));

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários ([art. 14, II](#)). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, § 3º](#));

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ([art. 14, III](#));



Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao INTERESSADO que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do INTERESSADO ([art. 14, § 3º](#)).

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV](#));

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si ([art. 14, V](#));

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista ([art. 14, VI](#));

VIII - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 ([art. 14, § 5º](#));

IX - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada ([art. 15, IV](#));

X - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ([art. 48, p. ú.](#));

XI - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 122, § 3º](#)).

4.2 O licitante **deverá** apresentar declaração que não incorre nos impedimentos (ANEXO III).

5) CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD ([LEI Nº 13.709/2018](#))

5.1 Para finalidade da efetiva participação do INTERESSADO no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

5.2 O INTERESSADO obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

5.3 O MUNICÍPIO e o INTERESSADO, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da [Lei nº](#)



[13.709/2018 \(LGPD\)](#), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

5.4 O INTERESSADO declara que tem ciência da existência da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar (ANEXO IV).

5.5 É vedado ao INTERESSADO a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

5.6 O INTERESSADO fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

5.7 As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

5.8 O INTERESSADO será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo INTERESSADO de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

5.9 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

5.10 As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

5.11 Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) INTERESSADO(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

5.12 Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) INTERESSADO(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6) REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

6.1 O interessado que tiver interesse em ser credenciado **deverá** encaminhar a documentação no local e horário indicado no preâmbulo, em envelope devidamente lacrado,



a qual terá caráter sigiloso até o momento em que a Comissão de Contratação se reunir para receber, examinar e julgar documentos, podendo ser disponibilizada estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.2 Por analogia ao [art. 12 da Lei nº 14.133/2021](#):

- I** - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- II** - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no [art. 52 da Lei nº 14.133/2021](#) (licitações internacionais);
- III** - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do interessado ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento do processo ou a invalidação do processo;
- IV** - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- V** - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
- VI** - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;
- VII** - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

7) DOCUMENTAÇÃO PARA SER CREDENCIADO

7.1 O interessado em ser credenciado deverá apresentar a seguinte documentação:

7.1.1 PESSOA JURÍDICA:

- I** - Declaração Unificada (ANEXO III);
- II** - Declaração LGPD (ANEXO IV);
- III** - Proposta (ANEXO V);
- IV** - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#) ([art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021](#));

V - COMPROVAÇÃO JURÍDICA ([art. 66 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a)** Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:
 - i)** Estatuto ou contrato social;
 - ii)** Ato constitutivo;
 - iii)** Registro comercial;
 - iv)** Decreto de autorização.
- b)** Autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

VI - COMPROVAÇÃO TÉCNICA ([art. 67 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a)** Licença Sanitária vigente emitida pela Vigilância Sanitária de domicílio ou documento expedido pela Autoridade pública competente que o isente;
- b)** Alvará de Funcionamento do estabelecimento em nome da interessada no credenciamento, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto do presente edital;
- c)** Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES atualizado;
- d)** Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que comprove o fornecimento similar ao objeto deste certame.



- e) Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica (CIE) junto ao respectivo órgão;
- f) Certificado de Regularidade do Conselho de Classe para cada atividade.
- g)
- i) Tratando-se de credenciamento de Profissional Fisioterapeuta, o estabelecimento do(a) interessada(a) deve estar localizado no município de Xaxim – SC;
- j) Declaração de que a empresa possui condições de atendimento ao serviço, objeto desta licitação, considerando espaço físico, sala de espera, e profissionais qualificados para atendimento à demanda de pacientes que utilizarão dos serviços.
- k) Cópia da Carteira Profissional do Diretor Técnico Médico da proponente;
- l) Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do chamamento.

VII - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA ([art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) [CPF](#) ou [CNPJ](#);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, SE HOUVER, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social:
 - i) Pessoa Jurídica:
<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>
 - ii) Pessoa Física:
<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>
- d) Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;
- e) Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Regularidade com o FGTS: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>
- g) Regularidade com a Justiça do Trabalho: <https://www.tst.jus.br/certidao1>
- h) Cumprimento do [art. 7º, XXXIII da CF/88](#): *proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.*

VIII - COMPROVAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA ([art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do interessado;
- b) Relação dos compromissos assumidos pelo interessado que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados;

7.1.2 PESSOA FÍSICA:

- I - Declaração Unificada (ANEXO III);
- II - Declaração LGPD (ANEXO IV);
- III - Proposta (ANEXO V);
- IV - Documentos pessoais, como CPF, Carteira de Identidade ou CNH;
- V - Regularidade com a Fazenda Federal;
- VI - Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- VII - Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- VIII - Regularidade com o FGTS;
- IX - Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- X - Certidão negativa de insolvência civil, que contemple o domicílio ou sede do interessado;



XI - Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;

XII - Quanto à qualificação técnica: varia de acordo com o objeto; se for o caso, também é possível pedir:

a) Certidões ou atestados de qualificação técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido os materiais ou prestado os serviços compatíveis com o objeto da licitação, sendo aceitos certidões ou atestados que informem que a pessoa física forneceu materiais ou prestou serviços compatíveis com o objeto da licitação quando não era trabalhador autônomo e/ou quando possuía qualquer vínculo de subordinação.

8) AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

8.1 No prazo máximo de **05 dias úteis**, a contar da data do protocolo da documentação pelo interessado, a Comissão de Contratação deverá lavrar ata quanto ao recebimento, exame e julgamento da documentação.

8.1.1 É responsabilidade da Comissão de Contratação verificar a existência de sanção que impeça a participação no credenciamento ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#):

I - [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#);

II - [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#).

8.1.2 A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

8.1.3 A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

8.1.4 A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)¹.

8.2 A Comissão de Contratação poderá oferecer prazo máximo de **05 dias úteis** para o interessado regularizar documentação, não sendo permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do chamamento;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

8.2.1 Na análise dos documentos a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de aptidão ao credenciamento ([art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

9) CREDENCIAMENTO

9.1 A ata lavrada pela Comissão de Contratação será encaminhada à autoridade competente a fim de que, prazo máximo de **10 dias úteis** a contar da entrega da ata pela Comissão, o interessado seja declarado credenciado ou não credenciado.

¹ **Contratação inidônea**

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Penal - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Penal - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.



9.1.1 O interessado será formalmente notificado sobre a decisão da autoridade competente, sendo a notificação substituída no caso de publicação de ato legal nos locais indicados nas disposições finais deste edital.

9.1.2 A vigência do credenciamento se encerrará no mesmo dia da vigência deste edital.

9.2 A autoridade competente poderá aplicar, no que couber, o disposto no [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#):

- I** - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II** - Revogar o processo por motivo de conveniência e oportunidade;
- III** - Proceder à anulação do processo, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV** - Homologar o processo.

9.2.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa ([art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.2.2 O motivo determinante para a revogação do processo deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado ([art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.2.3 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados ([art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.2.4 A anulação do processo induz à do contrato.

9.3 Não serão credenciados os interessados que apresentarem documentação que ([art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I** - Contiverem vícios insanáveis;
- II** - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III** - O preço for superior ao estipulado pelo Município;
- IV** - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10) RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

10.1 Qualquer interessado poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis, nos casos previstos no [art. 165, I da Lei nº 14.133/2021](#).

10.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento ([art. 165, I da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.3 O recurso:

- I** - Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida ([art. 165, § 2º \[primeira parte\] da Lei nº 14.133/2021](#));
- II** - Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso ([art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#));
- III** - Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se apresentadas) e proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte](#));
- IV** - Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte](#));
- V** - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento ([art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).



10.4 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados ([art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.5 Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.6 Quando aplicada sanção prevista no [art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#):

- I - Cabe recurso ([art. 166 da Lei nº 14.133/2021](#)):
 - a) Sanções previstas nos [incisos I, II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#);
 - b) Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - c) Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
 - d) Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- II - Cabe pedido de reconsideração ([art. 167 da Lei nº 14.133/2021](#)):
 - a) Sanção prevista no [inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#);
 - b) Pedido deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - c) Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.7 Sobre recursos e pedidos de reconsideração:

- I - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente ([art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias ([art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#));
- III - Será assegurado ao INTERESSADO vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses ([art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)).

11) CONTRATAÇÃO VIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

11.1 O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no [art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.1.1 A contratação apenas poderá ocorrer no período de vigência deste edital.

11.2 Para a contratação do credenciado deverá ser feito Documento de formalização de demanda, a fim de ser formalizada contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no [art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.2.1 O Documento de Formalização de Demanda – DFD deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, bem como deverá ser indicada a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, quando houver.

11.2.2 Ainda, o Documento de Formalização de Demanda – DFD deverá apresentar justificativa para realização da contratação direta de credenciado ao invés da realização de processo licitatório, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público.

11.3 A contratação direta, via inexigibilidade de licitação, deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, sempre com estrita observância à Lei nº 14.133/2021.



11.4 É proibido o cometimento a terceiros do objeto contratado.

12) OBRIGAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I** - Executar os serviços nas condições estipuladas neste edital, observando-se os parâmetros de boa técnica e as normas legais aplicáveis, bem como, atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.
- II** - Prestar os serviços apenas mediante agendamento da Secretaria Municipal de Saúde de Xaxim.
- III** - Dar atendimento adequado e prestar as informações devidas a Secretaria Municipal de Saúde de Xaxim sobre os serviços prestados, de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste edital.
- IV** - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico.
- V** - Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente e do prontuário médico.
- VI** - Assegurar ao responsável legal pelo paciente, o acesso a seu prontuário médico.
- VII** - Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste edital.
- VIII** - Manter todas as condições de habilitação exigidas para o objeto, durante todos os períodos em que se mantiver contratado.
- IX** - Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- X** - Após a realização da cirurgia indicada, o paciente terá direito as consultas pós operatórias sem ônus para o Órgão Gerenciador.
- XI** - Os procedimentos deverão ser realizados em hospital que contenha as condições de atendimento, de no mínimo um leito semi-intensiva para o caso de necessidade, além de todas as documentações legais em dia, como por exemplo, alvará sanitário, alvará de bombeiros, alvará de funcionamento, etc.
- XII** - A distância do Hospital que realizará o procedimento não pode ser maior que 75 km do Município de Xaxim.
- XIII** - O nome e qualificação do profissional que realizará os procedimentos deverão ser apresentados no ato do credenciamento do processo licitatório e; há obrigatoriedade de apresentação de documentação que comprove a qualificação técnica, como especialidade e experiência de no mínimo 03 anos em cirurgias que deseja realizar.
- XIV** - Quanto ao local de prestação dos serviços, cabe informar que deverá ser de inteira responsabilidade do contratado, observando as exigências previstas no item X.I.

12.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I** - Apresentar Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho, especificando as quantidades de cada procedimento que deverá ser realizado.
- II** - Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, acompanhada de relatório constando o nome do paciente, procedimento realizado e data de realização.
- III** - Fiscalizar os serviços.
- IV** - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do órgão gerenciador.
- V** - Ocorrendo complicações médicas no decorrer da internação que não sejam decorrentes do procedimento cirúrgico realizado, mediante emissão de laudo médico, o Órgão Gerenciador se responsabilizará por todas as despesas delas decorrentes.



12.3 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I -** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II -** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III -** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV -** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V -** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI -** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII -** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII -** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX -** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X -** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI -** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII -** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#)

– *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

12.4 DAS PENALIDADES:

I – ADVERTÊNCIA (art. 156, § 2º): será aplicada por escrito, quando o CONTRATADO deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou entrega dos bens, bem como por atos que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução deste instrumento, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros;

II – MULTAS (art. 156, § 3º): serão aplicadas por infrações que obstaculizem a concretização do objeto licitado, por culpa do CONTRATADO, e compreenderão:

- a)** Atraso de até 10 (dez) dias na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **5%** (cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- b)** Atraso superior a 10 (dez) dias na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **10%** (dez por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;
- c)** Será aplicada multa de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer das obrigações contidas no edital, ressalvadas aquelas para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;

12.4.1 A multa deverá ser recolhida aos cofres do Município de Xaxim, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva notificação.

12.4.2 Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela descontada dos créditos existentes em nome da CONTRATADA ou, não havendo esses ou sendo ela maior que crédito, lançados em dívida ativa e/ou cobrada judicialmente com ônus ao devedor em qualquer hipótese;

12.4.3 As multas previstas neste inciso são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, em seus limites incidentes sobre cada uma delas;

III – IMPEDIMENTO de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Xaxim, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º): A licitante será sancionada com a pena de impedimento de licitar ou contratar com este Município e será descredenciada do seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos seguintes casos:



- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º): nos seguintes casos
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- a) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 Para aplicação das sanções (arts. [156, § 6º, I](#), [157](#) e [158](#) da Lei nº 14.133/2021):

- I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
 - a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente
- II - Incisos III e IV do item 1:
 - a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b) O contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
 - c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
 - e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
 - f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
 - i) *Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;*



ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências; Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa

12.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.8 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.10 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.11 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.12 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

a) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.13 É admitida a reabilitação do INTERESSADO ou contratado perante o Município de Xaxim, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I** - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II** - Pagamento da multa;
- III** - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV** - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

12.14 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do INTERESSADO ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

13) DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O interessado assume a responsabilidade de acompanhar todos os atos relativos à este procedimento auxiliar nos locais indicados no item 3 deste tópico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

13.2 Sobre a contagem dos prazos:

I - Sempre observará o [art. 183 da Lei nº 14.133/2021](#);

II - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos INTERESSADOS para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

13.3 Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));

II - Página do Município de Xaxim (www.xaxim.sc.gov.br/licitacoes);

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#));

IV - Jornal diário de grande circulação local ([art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.4 O edital e todos os seus anexos serão divulgados na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso ([art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.5 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Setor de Licitações do Município de Xaxim ou ainda pelo e-mail: susana.barros@xaxim.sc.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h

13.6 Os casos omissos serão dirimidos com estrita observância à [Lei nº 14.133/2021](#).

13.7 As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Xaxim, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Xaxim, 26 de julho de 2024.

Ideraldo Luiz Sorgato
Prefeito Municipal em Exercício



ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º

O Município de Xaxim, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, necessita fornecer procedimentos cirúrgicos de média complexidade ginecológicos, para os habitantes do município de Xaxim - SC.

De forma sucinta, a média complexidade refere-se a serviços especializados disponíveis e realizados em hospitais e ambulatórios, na qual, abrange diversas áreas/especialidades, tais como pediatria, ortopedia, cardiologia, oncologia, neurologia, psiquiatria, ginecologia, oftalmologia, entre outras.

Considerando que a assistência à saúde deve ser garantida por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e que cabe ao gestor municipal aplicar recursos próprios e também os repassados pela União e pelo Estado, formulando políticas de saúde e coordenando, bem como planejando o Sistema Único de Saúde (SUS) a nível municipal, sempre observando as normas federais e garantindo o fornecimento de serviços de qualidade, com atenção acolhedora, humanizada e resolutiva.

Além disso, é importante destacar a importância da saúde feminina, que deve ser tratada com cuidado e atenção. Nesse sentido, o papel desta especialidade inserida no SUS, é de cuidar da saúde de órgãos, como: ovários, útero, trompas de falópio, vulva e vagina, diagnosticando e tratando doenças e condições que possam afetar o bem-estar das pessoas que possuem esses órgãos.

Assim, a atual demanda por serviços de procedimentos ginecológicos se justifica por sua relevância para a população feminina. Ao possibilitar o acesso a esses serviços, não apenas se assegura um direito estabelecido na Constituição Federal, mas também se contribui para a preservação da saúde das mulheres em nosso município.

Nesta mesma linha, vale esclarecer que o município de Xaxim possui um Credenciamento sob o Processo Licitatório nº 0032/2023, Inexigibilidade nº 0004/2023, que está ativo e abrange o Credenciamento de Hospitais especializados e/ou geral para realização de procedimentos cirúrgicos de média complexidade ginecológicos, incluindo consultas na mesma área, para atendimento de pacientes na lista de espera, residentes no município de Xaxim.

Tal processo licitatório, vence em 03 de julho de 2024, portanto, surge a necessidade de realizar um novo processo licitatório, para fins de garantir que serviços de procedimentos cirúrgicos de média complexidade na especialidade de ginecologia, sejam prestados de forma contínua, uma vez que, o não oferecimento de tais serviços pode comprometer gravemente a saúde dos usuários do SUS, portanto, é de extrema relevância e necessidade ofertar esses serviços de forma eficiente e ágil.

Ressalta-se que o Município de Xaxim ainda não dispõe de Plano de Contratações Anual – PCA. Entretanto, trata-se de documento facultativo conforme inciso VII do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Com base no levantamento realizado, é possível compreender que as alternativas viáveis para atender à necessidade mencionada no primeiro parágrafo deste documento, incluem a contratação de profissionais especializados em ginecologia para a realização dos procedimentos cirúrgicos de média complexidade indicados, conforme lista anexa a este ETP, ou o credenciamento de hospitais especializados e/ou gerais para a execução de procedimentos cirúrgicos de média complexidade ginecológicos, além de consultas.

No entanto, ao optar pela contratação de profissionais especializados em ginecologia para a realização dos mencionados procedimentos cirúrgicos de média complexidade, surgirá a necessidade de não apenas adquirir equipamentos, mas também de ampliar o espaço físico para acomodá-los, uma vez que a Secretaria



Municipal de Saúde não dispõe desses recursos. Ademais, acarretará ainda, na necessidade adicional de adquirir materiais para viabilizar a prestação desses serviços, acarretando em custos adicionais.

Por outro lado, considerando que o credenciamento de hospitais especializados e/ou gerais para a realização de procedimentos cirúrgicos de média complexidade ginecológicos já vem sendo realizados na contratação anterior deste mesmo objeto, como forma de assegurar a prestação desses serviços. Tal opção, além de permitir que mais de um interessado possa oferecer o serviço nas mesmas condições e que até o momento tem atendido todas as necessidades relacionadas a procedimentos ginecológicos de média complexidade, visto que o espaço físico, materiais, equipamentos e equipe assistencial necessários já estão inclusos, portanto, entende-se que optar por esta opção é mais viável.

PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS.

Adenomiiose;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgião principal;
• Cirurgião auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesiasta;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Biópsia de Colo Uterino;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgião principal;
• Cirurgião auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesiasta;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Cauterização;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgião principal; • Cirurgião auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesiasta;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Cisto em Ovário;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;



• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgia principal;
• Cirurgia auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Cisto Septado em Escavação Pélvica;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgia principal;
• Cirurgia auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Cistotele;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgia principal;
• Cirurgia auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Exerese de Glândula de Bartholin/Skene;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgia principal;
• Cirurgia auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Conização;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgia principal; • Cirurgia auxiliar;



- | |
|--|
| • Honorários dos serviços do profissional anestesista; |
| • Taxas de logística de OPME, se necessários; |
| • Material necessário para realização do procedimento; |

Curetagem Semiótica com ou sem dilatação de colo uterino:
--

- | |
|--|
| • Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias; |
| • Taxa de sala cirúrgica; • Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico; |
| • Exames Laboratoriais – Hemograma Completo; |
| • Cirurgia principal; |
| • Cirurgia auxiliar; |
| • Honorários dos serviços do profissional anestesista; |
| • Taxas de logística de OPME, se necessários; |
| • Material necessário para realização do procedimento; |

Hiperplasia Adenomatosa Endométrio;
--

- | |
|--|
| • Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias; |
| • Taxa de sala cirúrgica; |
| • Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico; |
| • Exames Laboratoriais – Hemograma Completo; |
| • Cirurgia principal; |
| • Cirurgia auxiliar; |
| • Honorários dos serviços do profissional anestesista; |
| • Taxas de logística de OPME, se necessários; |
| • Material necessário para realização do procedimento; |

Incontinência Urinária com Sling 30x1,20cm;
--

- | |
|--|
| • Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias; |
| • Taxa de sala cirúrgica; |
| • Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico; |
| • Exames Laboratoriais – Hemograma Completo; |
| • Cirurgia principal; |
| • Cirurgia auxiliar; |
| • Honorários dos serviços do profissional anestesista; |
| • Taxas de logística de OPME, se necessários; |
| • Material necessário para realização do procedimento; |

Laqueadura;

- | |
|--|
| • Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias; |
| • Taxa de sala cirúrgica; |
| • Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico; |
| • Exames Laboratoriais – Hemograma Completo; |
| • Cirurgia principal; |
| • Cirurgia auxiliar; |
| • Honorários dos serviços do profissional anestesista; |
| • Taxas de logística de OPME, se necessários; |
| • Material necessário para realização do procedimento; |



Miomatose Uterina;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgião principal;
• Cirurgião auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Nódulo/Pólipo em canal vaginal;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgião principal;
• Cirurgião auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Histerectomia total;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgião principal;
• Cirurgião auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Ooforectomia;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgião principal;
• Cirurgião auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Prolapso Genital;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;



• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgia principal;
• Cirurgia auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Endometriose;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgia principal; • Cirurgia auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Aumento de Pequenos Lábios;
• Diárias com acompanhante semi-privativo – até 03 diárias;
• Taxa de sala cirúrgica;
• Despesas com Material para a realização do procedimento cirúrgico;
• Exames Laboratoriais – Hemograma Completo;
• Cirurgia principal;
• Cirurgia auxiliar;
• Honorários dos serviços do profissional anestesista;
• Taxas de logística de OPME, se necessários;
• Material necessário para realização do procedimento;

Consultas
• Consultas pré-operatória;
• Consulta pré-anestésica;
• Consulta pós-operatória;

Em sequência, entende-se que os interessados para poder estar se credenciando, devem cumprir os seguintes requisitos técnicos, abaixo:

1 – Do estabelecimento do Hospital.

- a) Licença Sanitária vigente emitida pela Vigilância Sanitária de domicílio ou documento expedido pela Autoridade pública competente que o isente;
- b) Alvará de Funcionamento do estabelecimento em nome da interessada no credenciamento, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto do presente edital. Não será admitido, como meio de comprovante, a apresentação de protocolo de entrada de solicitação de Alvará Sanitário junto ao órgão competente;
- c) O estabelecimento da interessada deve estar localizado no raio de distância máximo de 80 km do município de Xaxim – SC;
- d) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES atualizado;
- e) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que comprove o fornecimento similar ao objeto deste ETP –



Estudo Técnico Preliminar, sem restrições;

f) Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica (CIE) junto ao respectivo;

g) Comprovação de registro da proponente no Conselho de Medicina - CRM;

h) Cópia da Carteira Profissional do Diretor Técnico Médico da proponente;

2 – Do (s) profissional (ais) que executará (ão) os serviços:

a) A pessoa jurídica deverá indicar o (s) profissional (ais) que executará (ão) os serviços que serão credenciados;

b) Deve ser apresentado diplomas e/ou certificados de curso superior e especializações inerentes à área de atuação;

3 - Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e última alteração, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores.

b) Declaração de não empregabilidade de menores, conforme Art. 7º, inciso XXXIII, CF.

c) Alvará de localização e Funcionamento da sede da empresa.

d) Inscrição de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

e) Consulta no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

4 - Habilitação Fiscal:

a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;

b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;

c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, englobando as contribuições sociais e previdenciárias;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

5 - Habilitação Trabalhista:

a) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (Justiça do Trabalho www.tst.jus.br).

6 - Habilitação Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata.

As descrições dos serviços necessários, quantitativos e valores obtidos na pesquisa de preços estão contidos no anexo II, em anexo a este Estudo Técnico Preliminar - ETP. Sendo que, para definição quantitativa, considerando que houve contratação anterior deste mesmo objeto, utilizou-se como base, o número de solicitações destes procedimentos nos últimos meses e a quantidade de pacientes que estão em fila de espera. Quanto à pesquisa de preços, estes foram baseados em pesquisas obtidas por meio de fornecedores finais.

Os serviços indicados no documento em anexo (Anexo II), são todos os serviços que atualmente são necessários, dessa maneira, estão sendo solicitados de forma parcelada, de acordo com as solicitações.

Os serviços solicitados poderão ser prestados por mais de um credenciado, desde que cada um desempenhe e forneça o mesmo tipo de serviço necessário.



Para fiscalização do objeto, foram designadas as servidoras **Mosara Ramão Pinheiro**, matrícula nº 9702, e **Alana Sela**, matrícula nº 9208, que estarão acompanhando e fiscalizando o fornecimento do objeto. Até o momento, não se vislumbram outras providências a serem adotadas para a segurança contratual.

O objeto desta solicitação possui correlação com o Credenciamento - Processo Licitatório nº 0032/2023, Inexigibilidade nº 0004/2023, no entanto, não possui interdependência com outras contratações e até o momento não foram realizados estudos de impacto ambiental. Contudo, o prestador credenciado deve adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, pautados sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos.

Destarte, conclui-se que para atender à necessidade identificada neste Estudo Técnico Preliminar, o Credenciamento de Hospitais especializados e/ou geral para realização de procedimentos cirúrgicos de média complexidade ginecológicos, incluindo consultas na mesma área, para atendimento de pacientes residentes no município de Xaxim, entende-se a opção mais viável.

Xaxim/SC, 21 de maio de 2024

Emanuelli Vitória Ribeiro Libano

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar



TERMO DE REFERÊNCIA

1. Descrição do objeto

1.1 - O Objeto do presente Termo de referência, é o Credenciamento de Hospitais especializados e/ou geral para realização de procedimentos cirúrgicos de média complexidade ginecológicos, incluindo consultas na mesma área, para atendimento de pacientes residentes no município de Xaxim.

1.2 - As especificações, unidades, quantidades e valores estimados deste objeto, estão indicados no anexo II, em anexo a este Termo de Referência.

1.3 - A vigência contratual será de 12 (doze) meses, podendo haver a possibilidade de prorrogação, nos termos da legislação vigente.

2. Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

2.1 - O Município de Xaxim ainda não possui catálogo eletrônico de padronização próprio.

3. Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.

3.1 - A contratação deste objeto será por **inexigibilidade de licitação na modalidade de credenciamento, com fundamento no disposto no art. 74, IV e no art. 79 da Lei nº 14.333**, visto que, contratações na modalidade de credenciamento estão autorizadas desde que seja viável e vantajoso para a administração optar por este tipo de modalidade;

3.2 – A contratação mencionada no item 1 tem como fundamento o Estudo Técnico Preliminar, em anexo.

4. Descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto.

4.1 - A descrição da solução como um todo, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar, em anexo.

5. Requisitos da contratação.

5.1 – Do estabelecimento do Hospital.

- a) Licença Sanitária vigente emitida pela Vigilância Sanitária de domicílio ou documento expedido pela Autoridade pública competente que o isente;
- b) Alvará de Funcionamento do estabelecimento em nome da interessada no credenciamento, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto do presente edital. Não será admitido, como meio de comprovante, a apresentação de protocolo de entrada de solicitação de Alvará Sanitário junto ao órgão competente;
- c) O estabelecimento da interessada deve estar localizado no raio de distância máximo de 80 km do município de Xaxim – SC;
- d) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES atualizado;
- e) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que comprove o fornecimento similar ao objeto deste ETP – Estudo Técnico Preliminar, sem restrições;
- f) Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica (CIE) junto ao



respectivo;

- g) Comprovação de registro da proponente no Conselho de Medicina - CRM;
- h) Cópia da Carteira Profissional do Diretor Técnico Médico da proponente.

5.2 – Do (s) profissional (ais) que executará (ão) os serviços:

- a) A pessoa jurídica deverá indicar o (s) profissional (ais) que executará (ão) os serviços que serão credenciados;
- b) Deve ser apresentado diplomas e/ou certificados de curso superior e especializações inerentes à área de atuação.

5.3 - Habilitação Jurídica:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e última alteração, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores;
- b) Declaração de não empregabilidade de menores, conforme Art. 7º, inciso XXXIII,CF;
- c) Declaração de não Parentesco;
- d) Alvará de localização e Funcionamento da sede da empresa.
- e) Inscrição de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- f) Consulta no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

5.4 - Habilitação Fiscal:

- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, englobando as contribuições sociais e previdenciárias;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

5.5 - Habilitação Trabalhista:

- a) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (Justiça do Trabalho www.tst.jus.br).

5.6 - Habilitação Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata.

6. Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.

6.1 – Procedimento para execução/realização das consultas até a realização dos procedimentos cirúrgicos:

6.1.1 – As pacientes que necessitam dos procedimentos cirúrgicos contidos na lista II, emanexo, devem em primeiro momento, passar por uma consulta na Unidade Básica de Saúde, na qual, o médico avaliador solicitará uma consulta em Cirurgia Ginecológica. Em sequência, tal encaminhamento deve ser entregue pelo paciente no setor de cirurgias. Onde na qual, o encaminhamento é lançado no sistema SISREG, e após isso é inserido na planilha de controle interno, de acordo com a data de solicitação e prioridade;

6.1.2 - Conforme a credenciada disponibiliza vagas para consultas, as pacientes vão sendo encaminhadas por ordem da lista contida em planilha de controle interno;

6.1.3 - Após a primeira consulta, a paciente retorna ao setor de cirurgias com o pedido médico de exames laboratoriais, eletrocardiograma, raio-X e avaliação pré-anestésica (em alguns casos é solicitado exame de imagem como Ultrassonografia Transvaginal,



Estudo Urodinâmico e Tomografias Computadorizadas), onde na qual, a paciente é adicionada em outra planilha de controle interno para liberação dos exames solicitados;

6.1.4 - Quando liberado os exames solicitados pelo cirurgião dentro do sistema SISREG ou CIS AMOSC, a paciente vem até o setor de cirurgias para retirada das autorizações. Nesta oportunidade, as pacientes são orientadas para que quando os exames estiverem prontos, estas devem avisar a equipe do setor de cirurgias, para que seja agendado a avaliação pré-anestésica;

6.1.5 pós a paciente passar por avaliação do médico anestesista, ela é encaminhada novamente para consulta com o Cirurgião Ginecológico para apresentar os exames solicitados e também para apresentar a liberação do anestesista;

6.1.6 – Após a avaliação e indicação da cirurgia, a paciente deve retornar ao setor de cirurgias com o encaminhamento médico solicitando a realização do procedimento cirúrgico. Em sequência, após a confirmação da data da cirurgia (repassada pela credenciada), a paciente deve retornar ao setor de cirurgias para assinar a autorização e para recebimento de orientações acerca do procedimento cirúrgico;

6.1.7 – Com as requisições médicas, agendamento do hospital para a data de cirurgia, setor de cirurgias emite ofício com a solicitação para o setor de compras da secretaria de saúde, onde é emitida autorização de fornecimento em seguida enviada para empenho e envio da mesma para fornecedor autorizando o procedimento cirúrgico.

6.1.8 – Após a realização do procedimento cirúrgico, o Cirurgião Ginecológico entregará para a paciente um pedido médico de retorno, cujo qual, deve indicar em quantos dias a paciente deve estar retornando para consulta pós operatória. Tal pedido médico, deve ser entregue para a equipe do setor de cirurgias pela paciente.

O procedimento retro mencionado entra em vigor na data de assinatura do contrato e permanecerá em vigor durante toda a sua vigência, na qual, fica sujeita a eventuais revisões e atualizações mediante acordo entre as partes.

7. Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade.

7.1 – O Fundo Municipal de Saúde de Xaxim acompanhará e fiscalizará a execução do objeto por meio das Fiscais **Mosara Ramao Pinheiro**, matrícula nº 9702, e **Alana Sela**, matrícula nº 9208.

7.2 – Os fiscais devem acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços indicados na AF e neste TR, analisando/avaliando a execução dos serviços, suas quantidades, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8. Critérios de medição e de pagamento (art. 6º, XXIII, “g”).

Os serviços indicados, deverão ser prestados conforme demanda, de forma parcelada:

8.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a emissão da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, receptor do objeto;

8.2 - O pagamento somente será realizado após a emissão do termo de recebimento provisório e termo de recebimento definitivo;

8.3 - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos da proposta, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs mesmo aqueles de filiais ou matriz;

8.4 - O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, preferencialmente em conta na agência Caixa Econômica, caso não seja



possível, será descontado o valor da taxa de transferência TED/DOC, do valor a receber;

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor.

Considerando que trata-se de um credenciamento, todos os interessados que atenderem, bem como preencherem os requisitos estabelecidos neste documento, serão admitidos a participar deste credenciamento.

10. Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.

Quanto à estimativa dos valores dos procedimentos, estes foram baseados em pesquisas obtidas por meio de fornecedores finais.

Sendo que nos valores dos procedimentos cirúrgicos indicados no anexo II, estão incluídas todas as despesas como:

- a) Consulta pré operatória, pré anestésica e pós operatória (15/45/90 dias);
- b) Diárias com acompanhante semi-privativo (até 03 diárias);
- c) Taxa de sala cirúrgica;
- d) Despesas com material para realização do procedimento;
- e) Exames de Imagem e Laboratoriais (quando necessário);
- f) Cirurgião Principal;
- g) Cirurgião Auxiliar;
- h) Honorários dos serviços do Profissional Anestesiologista.

11. Adequação orçamentária.

Despesa	8
Órgão	16.000
Unidade	16.001
Função	10
Subfunção	301
Programa	1001
Ação	2071
Natureza	3.3.90.00.00.00.00.00
Recurso	1.500.1002.000000

12. Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo.

12.1 Requisitos para Execução de Serviços: Os serviços indicados na lista anexa devem ser realizados pelos credenciados, conforme os requisitos mencionados no item 6 e nos subitens seguintes.

12.2 – Sendo que, os locais de execução dos procedimentos cirúrgicos ginecológicos de média complexidade, devem ser executados nas dependências da contratada, que deverá estar localizada no raio de distância máximo de 80 km do município de Xaxim – SC. Tais serviços serão prestados com a utilização de equipamentos, insumos e materiais próprios da contratada, por profissionais devidamente habilitados. Tais serviços serão prestados somente mediante solicitação do setor de cirurgias da Secretaria Municipal de Saúde.

12.3 - O objeto deverá ser executado de acordo com as especificações e demais disposições constantes neste Termo de Referência e nos documentos em anexo, não



sendo permitida a execução fora das especificações pré-definidas;

12.4 - As regras para recebimento obedecerão ao disposto no inciso II do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica.

13.1 - Considerando que objeto deste TR não exige manutenção e assistência técnica, estes tipos de serviços não serão necessários, entretanto, caso seja constatada falha, ou irregularidade na realização dos procedimentos cirúrgicos, a contratada deverá refazer, sem quaisquer ônus ao Município.

13.2 - Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução do contrato, a (as) credenciada (as) fica (am) obrigada (as) a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação.

13.3 - Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a (as) credenciada (as) será (ão) considerada (as) apta (as) para o recebimento do pagamento correspondente ao serviço realizado.

14 – Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato.

14.1 - Gestor do Contrato

Nome Completo: Assis Remus

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Nº do CPF: 808.464.599-49

14.2 - Fiscal

Nome Completo: Alana Sela

Cargo: Diretor(a) Geral

Nº do CPF: 093.213.339-83

14.3 - Fiscal

Nome Completo: Mosara Ramao Pinheiro

Cargo: Diretor de Departamento

Nº do CPF: 112.899.259-09

Xaxim/SC, 21 de maio de 2024



TABELA DE PROCEDIMENTOS E VALORES

Lista de **procedimentos ginecológicos** e valores, a serem utilizados pela Secretaria de Saúde.

TABELA I

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE FREI BRUNO	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE SÃO CRISTOVÃO	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR VARGEÃO	MÉDIA
PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ADENOMIOSE, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	R\$ 4.000,00	R\$ 3.902,49	R\$ 3.910,00	R\$ 3.937,49
PROCEDIMENTO DE BIÓPSIA DE COLO UTERINO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM	R\$ 2.800,00	R\$ 2.673,99	R\$ 2.675,00	R\$ 2.716,00



PREFEITURA DE
XAXIM

MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.				
PROCEDIMENTO DE CAUTERIZAÇÃO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	R\$2.600,00	R\$ 2.576,00	R\$ 2.600,00	R\$ 2.592,00
PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE CISTO EM OVÁRIO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ	R\$ 3.000,00	R\$ 3.030,99	R\$ 3.200,00	R\$ 3.076,99



PREFEITURA DE
XAXIM

03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.				
PROCEDIMENTO DE CISTO SEPTADO EM ESCAVAÇÃO PÉLVICA, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	R\$ 4.000,00	R\$ 3.969,00	R\$ 4.000,00	R\$ 3.989,66
PROCEDIMENTO DE CISTOTELE,	R\$ 4.700,00	R\$ 4.311,99	R\$ 4.500,00	R\$ 4.503,99



PREFEITURA DE
XAXIM

INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.				
PROCEDIMENTO DE EXERESE DE GLÂNDULA DE BARTHOLIN/SKENE, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA	R\$ 3.300,00	R\$ 3.083,49	R\$ 3.100,00	R\$ 3.161,16



PREFEITURA DE
XAXIM

REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.				
PROCEDIMENTO DE CONIZAÇÃO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	R\$ 3.300,00	R\$ 3.101,00	R\$ 3.300,00	R\$ 3.233,66
CURETAGEM SEMIÓTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DE COLO UTERINO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE	R\$ 2.900,00	R\$ 2.586,50	R\$ 2.600,00	R\$ 2.695,50



PREFEITURA DE
XAXIM

OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.				
PROCEDIMENTO DE HIPERPLASIA ADENOMATOSA ENDOMÉTRIO, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	R\$ 5.100,00	R\$ 4.668,99	R\$ 4.750,00	R\$ 4.839,66
PROCEDIMENTO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA COM SLING 30 X 1,20CM, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL;	R\$ 5.000,00	R\$ 4.550,00	R\$ 4.750,00	R\$ 4.766.66



PREFEITURA DE
XAXIM

CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.				
PROCEDIMENTO DE LAQUEADURA, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	R\$ 3.600,00	R\$ 3.332,00	R\$ 3.450,00	R\$ 3.460,66
PROCEDIMENTO DE MIOMATOSE UTERINA, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO;	R\$ 4.200,00	R\$ 4.025,00	R\$ 4.250,00	R\$ 4.158,33



PREFEITURA DE
XAXIM

CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.				
PROCEDIMENTO DE NÓDULO/PÓLIPO EM CANAL VAGINAL, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	R\$ 3.100,00	R\$ 3.122,00	R\$ 3.300,00	R\$ 3.174,00
PROCEDIMENTO DE HISTERECTOMIA TOTAL, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO	R\$ 4.000,00	R\$ 3.786,99	R\$ 3.950,00	R\$ 3.912,33



PREFEITURA DE
XAXIM

CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.				
PROCEDIMENTO DE OOFORRECTOMIA, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	R\$ 3.200,00	R\$ 3.202,50	R\$ 3.325,00	R\$ 3.242,50
PROCEDIMENTO DE PROLAPSO GENITAL, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A	R\$ 6.500,00	R\$ 6.369,99	R\$ 6.500,00	R\$ 6.456,66



PREFEITURA DE
XAXIM

REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.				
PROCEDIMENTO DE ENDOMETRIOSE, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.	R\$ 4.900,00	R\$ 4.721,49	R\$ 4.950,00	R\$ 4.857,16
PROCEDIMENTO DE AUMENTO DE PEQUENOS LÁBIOS, INCLUINDO: DIÁRIAS COM ACOMPANHANTE SEMI-PRIVATIVO - ATÉ 03 DIÁRIAS; TAXA DE	R\$ 3.500,00	R\$ 3.440,49	R\$ 3.450,00	R\$ 3.463,49



PREFEITURA DE
XAXIM

SALA CIRÚRGICA; DESPESAS COM MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO; EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO; CIRURGIÃO PRINCIPAL; CIRURGIÃO AUXILIAR; HONORÁRIOS DOS SERVIÇOS DO PROFISSIONAL ANESTESISTA; TAXAS DE LOGÍSTICA DE OPME SE NECESSÁRIOS E; MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.				
CONSULTA PRÉ OPERATÓRIA PROCEDIMENTO MÉDICO E GINECOLÓGICO	R\$ 162,66	R\$ 170,79	R\$ 180,00	R\$ 171,15
CONSULTA PRÉ ANESTÉSICA PROCEDIMENTO MÉDICO E GINECOLÓGICO	R\$ 109,00	R\$ 114,45	R\$ 120,00	R\$ 114,48
CONSULTA PÓS OPERATÓRIA PROCEDIMENTO MÉDICO E GINECOLÓGICO	R\$ 162,66	R\$ 170,79	R\$ 180,00	R\$ 171,15



ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(NOME), (CNPJ/CPF), declaro para os devidos fins, sob as penas da lei:

I - Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais deste edital, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições exigidas neste edital durante toda a contratação até seu pagamento;

III - Cumprimento do disposto no [inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#) – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Declaro que o referido é verdade sob as penas do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA)

(NOME DO INTERESSADO – CNPJ/CPF)



ANEXO IV – DECLARAÇÃO LGPD

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFIDENCIALIDADE E OUTRAS AVENÇAS

Por este instrumento, de um lado, **Município de Xaxim**, neste ato representado pelo conforme estabelecido em seu contrato social (“**Parte Reveladora**”) e, de outro lado, **XXX**, com **CNPJ/CPF nº 000**, com endereço em **XXX**, neste ato representada pelo seu representante legal (**se for CNPJ**) **XXX** (“**Parte Receptora**”), resolvem, em comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. É objeto deste instrumento a manutenção do mais absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada à (**descrever, por ex.: dados pessoais e dados pessoais sensíveis**), inscrita no (**descrever, por ex.: Cláusula Primeira do Contrato Administrativo**) que a PARTE RECEPTORA vier a ter acesso em decorrência da execução do objeto (**descrição do objeto executado para a PARTE REVELADORA**).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

1. Para todos os efeitos deste instrumento, serão consideradas confidenciais, todas as informações relacionadas à (**descrever**) a que a PARTE RECEPTORA vier a ter acesso em decorrência dos serviços prestados à PARTE REVELADORA (“**Informações Confidenciais**”).

1.1. Serão, ainda, consideradas **Informações Confidenciais** todas as informações que assim forem identificadas pelo **Município de Xaxim**, PARTE REVELADORA, pelas legislações aplicáveis (inclusive a [Lei nº 13.709/2018](#) – Lei Geral de Proteção de Dados “**LGPD**”) ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da PARTE REVELADORA.

2. A revelação das **Informações Confidenciais** não representa a concessão de qualquer tipo de licença explícita ou de qualquer outra natureza, nem de direitos de qualquer espécie para a PARTE RECEPTORA.

3. A PARTE RECEPTORA se compromete a:

- a) Utilizar as **Informações Confidenciais** com o propósito restrito de desempenhar suas atividades junto à PARTE REVELADORA;
- b) Não utilizar tais informações em seu próprio benefício e/ou para qualquer propósito que não aquele para o qual foram reveladas, abstendo-se de divulgar, publicar, fazer circular, produzir cópia ou efetuar *backup*, por qualquer meio ou forma, de qualquer documento ou informação confidencial;
- c) Zelar para que referidas informações não sejam divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias **Informações Confidenciais**;
- d) Não revelar as **Informações Confidenciais** a quaisquer terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da PARTE REVELADORA. Ainda, em caso de revelação das informações, a PARTE RECEPTORA se compromete, desde já, a repassar todas as obrigações descritas neste instrumento aos que vierem a ter acesso a tais informações, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos; e,
- e) Informar imediatamente à PARTE REVELADORA qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido ou que venha a ocorrer por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

4. As obrigações estabelecidas neste instrumento não serão aplicáveis a quaisquer **Informações Confidenciais** que:

- a) Anteriormente ao seu recebimento pela PARTE RECEPTORA tenham tornado-se públicas ou chegado ao poder da PARTE RECEPTORA por uma fonte que não a



PARTE REVELADORA; ou

- b) Após o recebimento pela PARTE RECEPTORA, tenham sido públicas por qualquer meio que não como consequência de uma violação de sua obrigação aqui prevista.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

1. Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especialmente a [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

2. A PARTE RECEPTORA declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela PARTE REVELADORA e seus clientes (“dados protegidos”), exclusivamente para a prestação dos serviços.

3. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida lei.

4. A PARTE RECEPTORA somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da PARTE REVELADORA, a fim de cumprir suas obrigações para a prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

5. A PARTE RECEPTORA tratará os dados pessoais em nome da PARTE REVELADORA e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela PARTE REVELADORA. Caso a PARTE RECEPTORA considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a PARTE RECEPTORA prontamente notificará a PARTE REVELADORA e aguardará novas instruções.

6. Se aplicável, a PARTE RECEPTORA se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados e as instruções transmitidas pela PARTE REVELADORA. A PARTE RECEPTORA se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

7. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente da PARTE RECEPTORA relativas ao tratamento de dados pessoais, a PARTE RECEPTORA submeterá esse pedido à apreciação da PARTE REVELADORA. A PARTE RECEPTORA não poderá, sem instruções prévias da PARTE REVELADORA, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração de Termo Aditivo.

2. A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

3. O não exercício pelas partes de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste instrumento ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à parte.

4. O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título e tempo.



5. A PARTE RECEPTORA declara que os serviços serão prestados de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis, inclusive a [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD.
6. Os efeitos deste instrumento retroagem à data que a PARTE RECEPTORA teve acesso à primeira informação confidencial relacionada à **XXXXXXX (descrever o objeto)** sendo que todas as obrigações aqui estabelecidas permanecerão válidas até que a PARTE REVELADORA autorize (por escrito) a revelação da informação confidencial, observado, ainda, o disposto nas legislações vigentes (inclusive a [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD).
7. As partes declaram e reconhecem que são entidades totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste instrumento poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as partes, bem como entre os empregados de uma parte e a outra parte.
8. Através deste instrumento, a PARTE RECEPTORA cede à PARTE REVELADORA todos os direitos patrimoniais de autor a ela pertencente, decorrentes dos serviços prestados.
9. A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a PARTE RECEPTORA ao pagamento ou ressarcimento, de todas as perdas e danos, materiais e morais, lucros cessantes, nos termos das legislações vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o Foro da Comarca de **Xaxim**, Estado de Santa Catarina, como único competente para dirimir as controvérsias resultantes deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas, para que produza todos os efeitos.

(LOCAL), (DATA).

Responsável pelo Município de Xaxim

Razão Social do Contratado

Testemunha 1:

Nome:

CPF:

Testemunha 2:

Nome:

CPF:

ANEXO V – PROPOSTA

PROPOSTA

OBJETO: XXX

VALOR DA OFERTA: _____ (valor por extenso).

***Observação: o valor NÃO DEVE SER INFERIOR A R\$ 000**



PREFEITURA DE
XAXIM

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(INTERESSADO – CNPJ/CPF)



ANEXO VI – CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 00XX/2024

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM**, inscrito no CNPJ sob nº 11.323.985/0001-02, neste ato representado pelo **Sr. Assis Remus**, brasileiro, casado, Secretário Municipal de Saúde, inscrito no CPF sob nº 808.464.599-49 e portador da cédula de identidade nº 12R-2.652.052, residente e domiciliado na Rua Pedro Lunardi, nº 1215 - Centro, no Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, por meio do **MUNICÍPIO DE XAXIM**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, inscrita no CPF/MF sob nº _____ e portador da cédula de identidade nº _____, denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 0091/2024, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0016/2024, homologado em 00/00/2024, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)

1.1 O objeto deste contrato é o CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO de **Hospitais especializados e/ou geral para realização de procedimentos cirúrgicos de média complexidade ginecológicos, incluindo consultas na mesma área, para atender a demanda dos Municípios de Xaxim/SC.**

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (art. 92, II)

2.1 Este contrato é vinculado ao edital do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 0016/2024, homologado em 00/00/2024.

2.2 O processo administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 0016/2024 é derivado do Procedimento Auxiliar – Credenciamento Nº 0002/2024, que credenciou o CONTRATADO em 00/00/202X por meio do ato legal XXX.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

3.1 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na [Lei nº 14.133/20211](#) e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV)

4.1 Os dispositivos médicos implantáveis a serem utilizados/realizados nos procedimentos cirúrgicos deverão, obrigatoriamente, possuir registro na Anvisa, em conformidade com o exigido.



4.2 Serão de responsabilidade do fornecedor registrado todas as despesas pertinentes a prestação dos serviços, tais como:

- a) Despesas hospitalares (diárias, taxas, materiais e medicamentos);
- b) Despesas com aquisição de Dispositivos Médicos Implantáveis;
- c) Despesas com curativos e consultas pós-operatórias;
- d) Despesas com laboratórios médicos;
- e) Despesas com anestesiolegista.

4.3 Caso haja complicações decorrentes e limitadas ao procedimento cirúrgico do paciente, o fornecedor registrado ficará responsável pelas despesas necessárias a recuperação do mesmo, desde a necessidade de medicamentos especiais, reposição de sangue ou internação em UTI.

4.4 Fica o fornecedor registrado responsável pela realização das cirurgias desde que as mesmas sejam devidamente indicadas pelos seus cirurgiões após a devida avaliação das condições clínicas de cada paciente.

4.5 O fornecedor registrado fica responsável dos custos referentes aos exames pós operatórios necessários para as avaliações cirúrgicas dos pacientes.

4.6 Para os pacientes acima de 60 (sessenta) anos, o fornecedor registrado deverá permitir que um acompanhante permaneça junto da internação pelo tempo necessário para a recuperação.

4.7 O Município ficará responsável pelo transporte dos pacientes até o estabelecimento do fornecedor registrado para a realização dos procedimentos, desde que o mesmo esteja localizado a uma distância inferior à 75 (setenta e cinco) quilômetros.

4.8 Todos os pacientes que necessitarem de algum tipo de procedimento listado neste edital, deverão ter passado pelas normas vigentes que regulamentam o sistema, respeitando o Sistema SISREG e médico regulador.

4.9 No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

4.10 Nos casos em que, na consulta pré-operatória, se constatar que o paciente não necessitará de cirurgia, o Município arcará apenas com os custos da consulta.

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO ([art. 92, V](#))

5.1 Pela aquisição do objeto descrito, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____).

5.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a entrega do relatório e medição dos serviços e apresentação da Nota Fiscal devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.



5.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

5.4 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, preferencialmente em conta na agência Caixa Econômica, caso não seja possível, será descontado o valor da taxa de transferência TED/DOC, do valor a receber.

5.5 Havendo prorrogação de contrato, este poderá ser reajustado anualmente mediante acordo entre as partes, pelo índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em caso de extinção do referido índice, será aplicado àquele que vem a substituí-lo.

5.6 O reajuste poderá ser fornecido sempre que o contrato atingir 12 meses da sua assinatura, com intuito de manter a equação econômico-financeira contratual ao longo de sua execução em face das variações de preços decorridas pelo processo inflacionário.

CLÁUSULA SEXTA: OS PRAZOS DE ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)

6.1 O objeto da presente licitação deverá ser entregue/prestado pela credenciada, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, mediante Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente do Município, na sede do fornecedor no prazo agendado pelo paciente.

6.2 O objeto será recebido ([art. 140, II da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato ([art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e neste edital ([art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.5 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal de Xaxim – Decreto nº 0481/2023 ([art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

Art. 2º Os recebimentos provisório e definitivo ocorrerão: **I - Compras (exceto Veículos, Máquinas e Equipamentos)**: aposição de carimbo na nota fiscal e/ou preenchimento de formulário (Anexo Único), que deverá ser anexado à nota fiscal;

Art. 4º Os prazos para recebimento provisório e definitivo serão: **I - Compra e Serviços que não são de engenharia**: serão definidos nos editais e contratos, de acordo com cada objeto, observando, quando tiver, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência – TR ou outros documentos técnicos;

CLÁUSULA SÉTIMA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)



Unidade Gestora: 6 – Fundo Municipal de Saúde
Órgão de Governo: 16 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01– Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.071 – Man. Das Ativ. Da Saude
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.50.00.00.00 (08/2023)
Fonte de Recursos: 1.500.1002 – Recursos ordinários da Saúde
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.50.00.00.00 (08/2023)
Fonte de Recursos: 1.706.3110 – Emenda Parlamentar Individual da União.

CLÁUSULA OITAVA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)

8.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I** - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

8.2 DAS PENALIDADES:

I – ADVERTÊNCIA (art. 156, § 2º): será aplicada por escrito, quando o CONTRATADO deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou entrega dos bens, bem como por atos que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução deste instrumento, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros;

II – MULTAS (art. 156, § 3º): serão aplicadas por infrações que obstaculizem a concretização do objeto licitado, por culpa do CONTRATADO, e compreenderão:

- a)** Atraso de até 10 (dez) dias na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **5%** (cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- b)** Atraso superior a 10 (dez) dias na entrega do produto, execução de obra e/ou prestação do serviço, multa de **10%** (dez por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;
- c)** Será aplicada multa de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer das obrigações contidas no edital, ressalvadas aquelas para



as quais tenham sido fixadas penalidades específicas, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Xaxim;

8.2.1 A multa deverá ser recolhida aos cofres do Município de Xaxim, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva notificação.

8.2.2 Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela descontada dos créditos existentes em nome da CONTRATADA ou, não havendo esses ou sendo ela maior que crédito, lançados em dívida ativa e/ou cobrada judicialmente com ônus ao devedor em qualquer hipótese;

8.2.3 As multas previstas neste inciso são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, em seus limites incidentes sobre cada uma delas;

III – IMPEDIMENTO de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Xaxim, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º): A licitante será sancionada com a pena de impedimento de licitar ou contratar com este Município e será descredenciada do seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º): nos seguintes casos Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- a) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4 Para aplicação das sanções (arts. [156, § 6º, I](#), [157](#) e [158](#) da Lei nº 14.133/2021):

- I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;



- a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

II - Incisos III e IV do item 1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa

8.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).



8.9 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

a) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.11 É admitida a reabilitação do INTERESSADO ou contratado perante o Município de Xaxim, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I -** Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II -** Pagamento da multa;
- III -** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV -** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V -** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

8.12 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do INTERESSADO ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

XV - Executar os serviços nas condições estipuladas neste edital, observando-se os parâmetros de boa técnica e as normas legais aplicáveis, bem como, atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.

XVI - Prestar os serviços apenas mediante agendamento da Secretaria Municipal de Saúde de Xaxim.

XVII - Dar atendimento adequado e prestar as informações devidas a Secretaria Municipal de Saúde de Xaxim sobre os serviços prestados, de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste edital.

XVIII - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico.

XIX - Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente e do prontuário médico.

XX - Assegurar ao responsável legal pelo paciente, o acesso a seu prontuário médico.

XXI - Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste edital.

XXII - Manter todas as condições de habilitação exigidas para o objeto, durante todos os períodos em que se mantiver contratado.

XXIII - Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.



XXIV - Após a realização da cirurgia indicada, o paciente terá direito as consultas pós operatórias sem ônus para o Órgão Gerenciador.

XXV - Os procedimentos deverão ser realizados em hospital que contenha as condições de atendimento, de no mínimo um leito semi-intensiva para o caso de necessidade, além de todas as documentações legais em dia, como por exemplo, alvará sanitário, alvará de bombeiros, alvará de funcionamento, etc.

XXVI - A distância do Hospital que realizará o procedimento não pode ser maior que 75 km do Município de Xaxim.

XXVII - O nome e qualificação do profissional que realizará os procedimentos deverão ser apresentados no ato do credenciamento do processo licitatório e; há obrigatoriedade de apresentação de documentação que comprove a qualificação técnica, como especialidade e experiência de no mínimo 03 anos em cirurgias que deseja realizar.

XXVIII - Quanto ao local de prestação dos serviços, cabe informar que deverá ser de inteira responsabilidade do contratado, observando as exigências previstas no item X.I.

8.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

VI - Apresentar Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho, especificando as quantidades de cada procedimento que deverá ser realizado.

VII - Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, acompanhada de relatório constando o nome do paciente, procedimento realizado e data de realização.

VIII - Fiscalizar os serviços.

IX - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do órgão gerenciador.

X - Ocorrendo complicações médicas no decorrer da internação que não sejam decorrentes do procedimento cirúrgico realizado, mediante emissão de laudo médico, o Órgão Gerenciador se responsabilizará por todas as despesas delas decorrentes.

CLÁUSULA NONA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA SER CREDENCIADO E CONTRATADO (art. 92, XVI)

9.1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para ser credenciado e contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)

10.1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (art. 92, XVIII)

11.1 O Fundo Municipal de Saúde de Xaxim acompanhará e fiscalizará a execução do objeto por meio das Fiscais **Mosara Ramao Pinheiro**, matrícula nº 9702, e **Alana Sela**, matrícula nº 9208.



11.2 Os fiscais devem acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços indicados na AF e neste TR, analisando/avaliando a execução dos serviços, suas quantidades, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.3 A Gestão do contrato ficará ao Secretário de Saúde Municipal Srº Assis Remus

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações ([art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2 As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições ([art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).

12.3 O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses ([art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 da Lei nº 14.133/2021](#);
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;



- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

12.4 A extinção do contrato poderá ser ([art. 138 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.5 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.6 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

12.7 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências ([art. 139 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

12.8 A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.



12.9 Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

12.10 Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#) serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: FORO ([art. 92, § 1º](#))

13.1 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim – SC, esgotadas as vias administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

14.1. Em atendimento ao disposto na [Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#), o **CONTRATANTE**, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**.

14.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. [7º](#), [11](#) e/ou [14](#) da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação **CONTRATANTE**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.
 - i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o **CONTRATANTE** será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
 - i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

14.3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).



14.4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

14.5 No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 000/202X, que regulamenta a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

14.6 A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

14.7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

14.8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

14.9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

14.10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

14.11. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

14.12. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

14.13. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer



solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

14.14 O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no [art. 48 da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

14.15. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

14.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

14.17. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

14.18. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a [Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

14.19. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: PUBLICAÇÃO

15.1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes ([art. 94, I da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Página do Município de (www.xaxim.sc.gov.br/licitacoes);
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).
- IV - Jornal diário de grande circulação local ([art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).



PREFEITURA DE
XAXIM

(LOCAL), (DATA)

<hr/> <p>Prefeito(a) do Município de Xaxim CONTRATANTE</p>	<hr/> <p>XXX CONTRATADO</p>
<p>1ª Testemunha Nome:</p>	<p>2ª Testemunha Nome:</p>